

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Requerimento nº de 2025

(Do Sr. Deputado Leonardo Monteiro – PT/MG)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar do fortalecimento das políticas públicas para a Educação do Campo.

Senhor Presidente:

Requeiro de Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada Audiência Pública para tratar do fortalecimento das políticas públicas para o fortalecimento da Educação do Campo.

Para melhor expor a realidade do tema, sugerimos a participação como debatedores/palestrantes as seguintes entidades e personalidades:

- Representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi);
- DEPUTADA FEDERAL TALÍRIA PETRONE – PSOL/RJ;
- DEPUTADO FEDERAL AIRTON FALEIRO – PT/PA;
- Representante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (Regime de Alternância);
- SHAUMA TAMARA DO NASCIMENTO SOBRINHO – Professora Do Instituto Federal Do Pará Campus Marabá Rural;
- FREI BETTO - escritor, ativista político, filósofo, teólogo da libertação e frade dominicano brasileiro;
- LAURA SABINO – militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, influenciadora, professora, palestrante e colunista brasileira;



* C D 2 5 7 0 0 0 8 0 9 0 0 *

- GILBERTO CARVALHO, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego;
- PROFA. CLARICE APARECIDA DOS SANTOS - Universidade de Brasília(UnB);
- MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY - formada em direito pela Universidade de Recife, com especialização em ciências sociais do trabalho pelo Institut des Sciences Sociales du Travail (França), doutorado em sociologia pela Universidade de Paris X e pós-doutorado pela Université Paul Valéry;
- Representante da CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas em defesa dos Direitos Quilombolas e do acesso pleno ao Território;
- ROGÉRIO SANTOS DE JESUS - representante da Diretoria da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola (AMEFA);
- LUIZ CARLOS DIAS DA ROCHA - Pró-Reitor de Ensino do IFSULDEMINAS;
- IDALINO FIRMINO DOS SANTOS - Secretário Executivo e Coordenador Pedagógico da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - AMEFA. Membro da Equipe Pedagógica Nacional - EPN - da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas – UNEFAB;
- JOAQUINA APARECIDA NOBRE DA SILVA - IFNMG - professora de Educação Básica, Técnica e Tecnológica e Diretora Geral do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Pirapora;
- JOAQUIM NETO DE SOUSA SANTOS - Diretor-geral - IFNMG Campus Almenara;
- ANTÔNIO VERÍSSIMO (PC VERÍSSIMO) - Superintendente Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).
- Representante do Núcleo de Agroecologia da Universidade Federal de Juiz de Fora campus Governador Valadares;
- MÔNICA BUFON - Coordenadora de Juventude Rural da Secretaria de Juventude;
- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif);



* C D 2 5 7 0 0 0 8 0 9 0 0 *

- DARLLY TUPINAMBÁ - coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) de Povos, Comunidades Tradicionais, Agricultura Familiar e Camponesa do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve).
- MOACYR LATERZA - Pró-reitor de extensão da Universidade Estadual de Minas Gerais (**Uemg**)
- HERON LAIBER BONADIMAN - Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
- CASSIANO NOLASCO - Assessor estadual de Juventude Rural da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg)
- WERYMEHE ALVES BRAZ – professora da Escola Estadual Indígena Pataxó Muã Mimatxi.

JUSTIFICAÇÃO

A educação do campo é uma conquista histórica das populações camponesas, quilombolas, indígenas e assentadas da reforma agrária, construída a partir de décadas de resistência, organização social e formulação coletiva de políticas públicas. Trata-se de uma modalidade educacional que reconhece os sujeitos do campo como protagonistas e defende uma educação que respeite seus modos de vida, saberes, territórios e formas de organização do trabalho.

No entanto, esse direito tem sido constantemente ameaçado por **políticas de fechamento de escolas rurais, pela precarização das estruturas físicas e pedagógicas, pela desvalorização de profissionais que atuam no campo e pelo desmonte de programas voltados à formação docente e manutenção de projetos pedagógicos específicos**. Diante desse cenário, é urgente retomar o debate sobre a **Educação do Campo como direito fundamental**.

Além disso, diante da intensificação das mudanças climáticas e das crises alimentares e sociais, a educação do campo deve ser compreendida também como uma estratégia fundamental para a promoção da **agroecologia**,



* C D 2 5 7 0 0 0 8 0 9 0 0 *

da soberania alimentar e do desenvolvimento rural sustentável. Ao fortalecer práticas educativas ligadas à terra, aos saberes ancestrais e à organização comunitária, a educação do campo contribui diretamente para a produção de alimentos saudáveis, o cuidado com os bens comuns e a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, o presente seminário busca reunir especialistas, educadores, movimentos sociais e representantes de instituições nacionais e internacionais para debater a importância da educação do campo como política pública estruturante e como instrumento de promoção da justiça social, da soberania alimentar e da sustentabilidade. O evento também pretende recolher subsídios e recomendações que possam orientar a atuação do Congresso Nacional, especialmente no fortalecimento de marcos legais e programas voltados para a população camponesa.

Sala da Comissão, em de agosto de 2025.

**LEONARDO MONTEIRO
DEPUTADO FEDERAL PT/MG**



* C D 2 5 7 0 0 0 0 8 0 9 0 0 *